EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DE AÇÕES VOLTADAS AOS MEIS

Eduarda Rodrigues de Luca (PIBIC/Fundação Araucária/UEM), Ligia Greatti (Orientadora). E-mail: lgreatti@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá-PR.

Área e subárea do conhecimento: Administração/Administração Financeira

Palavras-chave: Educação Financeira; Microempreendedor Individual; Gestão financeira.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as ações de Educação Financeira (EF) voltadas aos Microempreendedores Individuais (MEIs) no Brasil, buscando identificar sua abrangência, mapear os conteúdos abordados e verificar eventuais lacunas nessas iniciativas. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa e descritiva, baseada em pesquisa documental e análise de conteúdo, tendo sido examinados documentos institucionais, artigos científicos e publicações de instituições como Sebrae, IBGE e instituições financeiras. Os resultados mostram um conjunto diversificado de iniciativas (cursos, consultorias, materiais educativos e ferramentas de apoio) promovidas majoritariamente pelo Sebrae, seguido por bancos tradicionais e cooperativas de crédito. Verificou-se, contudo, que essas ações concentram-se em conteúdos operacionais, como fluxo de caixa, controle financeiro e crédito, havendo menor atenção a aspectos comportamentais, ao planejamento de longo prazo e à separação entre finanças pessoais e empresariais. Constatou-se também que poucas iniciativas são desenvolvidas especificamente para o público MEI, sendo a maioria direcionada de forma genérica a empreendedores e pequenos negócios. Conclui-se que o principal desafio da Educação Financeira voltada aos MEIs não está na quantidade de iniciativas disponíveis, mas no aprofundamento de seu conteúdo e na maior aderência às necessidades específicas desse público, sendo necessário o desenvolvimento de programas que integrem conhecimentos técnicos, comportamentais e práticas de gestão financeira.

INTRODUÇÃO

O Microempreendedor Individual (MEI) é um regime de formalização que permite a atuação como profissional autônomo, com acesso a direitos e obrigações do regime formal de trabalho (Sebrae, 2021). O número de MEIs têm crescido expressivamente no Brasil, alcançando 14,6 milhões de registros ativos em 2022, aumento de 11,4% em relação ao ano anterior (IBGE, 2024). Ao formalizar o negócio, o empreendedor

passa a administrar simultaneamente suas finanças pessoais e empresariais, desafio que exige conhecimentos de Educação Financeira (EF), entendida como o processo de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam decisões financeiras mais conscientes (OCDE, 2005). Estudos indicam que a maior parte dos MEIs nunca participou de qualquer curso ou treinamento na área financeira, o que os deixa mais expostos a dificuldades de gestão e ao endividamento (Sebrae, 2018). Diante desse cenário, ainda são limitados os estudos que analisam de forma sistemática as ações de EF disponíveis a esse público. Assim, o objetivo deste estudo é analisar as ações de Educação Financeira voltadas aos MEIs no Brasil, identificando sua abrangência, os conteúdos ofertados e as principais lacunas existentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adotou uma metodologia qualitativa e descritiva, baseada em pesquisa documental e análise de conteúdo (Gil, 2002). Foram analisados documentos institucionais, materiais educativos e páginas eletrônicas de instituições que atuam no campo da Educação Financeira voltada a empreendedores, com destaque para o Sebrae, bancos tradicionais, cooperativas de crédito (Sicoob e Sicredi) e programas municipais de apoio ao empreendedor. A coleta abrangeu cursos, consultorias, materiais educativos (e-books, cartilhas, blogs) e ferramentas práticas de gestão financeira (planilhas e painéis digitais) disponibilizados por essas organizações. A análise de conteúdo permitiu identificar, para cada iniciativa, o formato de oferta, o conteúdo principal abordado e o público declarado, possibilitando comparar a abrangência e a especificidade das ações voltadas aos MEIs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental identificou iniciativas de Educação Financeira ofertadas por instituições públicas, financeiras, cooperativas de crédito e organizações de apoio ao empreendedorismo, distribuídas de forma desigual entre os agentes analisados. O Sebrae destacou-se como a instituição com maior diversidade de ações, disponibilizando cursos via WhatsApp, Telegram, plataforma EAD e vídeo, além de consultorias presenciais, materiais educativos e ferramentas de gestão financeira. Bancos tradicionais concentraram sua oferta principalmente em materiais informativos (blogs, e-books e planilhas), enquanto as cooperativas Sicredi e Sicoob combinaram conteúdos educativos com atendimento individualizado.

Quanto ao conteúdo, observou-se predominância de temas operacionais, como fluxo de caixa, controle financeiro e crédito, em detrimento de aspectos comportamentais como autocontrole diante de ofertas de crédito e disciplina de registro financeiro, e do planejamento de longo prazo. Essa lacuna é relevante porque a EF não se limita ao domínio técnico de ferramentas, mas também envolve atitudes e comportamentos, e porque a qualificação constitui elemento fundamental para o aprimoramento da gestão desses negócios (Pereira, 2023). Verificou-se ainda que

poucas iniciativas declaram o MEI como público específico, sendo a maioria direcionada de forma genérica a empreendedores e pequenos negócios, cabendo ao próprio MEI avaliar a aplicabilidade do conteúdo à sua realidade. O Quadro 1 sintetiza essa comparação entre as principais instituições mapeadas.

Quadro 7 - Comparação das instituições analisadas

Instituição	Cursos	Consultorias	Ferramentas	Materiais	Público específico MEI
Sebrae	✓✓✓	✓	✓✓	✓✓✓	Parcial
Santander	✓✓	✓	✓✓	✓✓	Parcial
Sicredi	✓	-	-	✓	✓
Sicoob	✓	✓	-	✓	✓
Banco do Brasil	-	-	✓	✓	Não
Caixa	-	-	-	✓	Não
Prefeituras	-	✓	-		Parcial

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Esse descompasso é especialmente relevante diante do diagnóstico de que a maior parte dos MEIs nunca participou de qualquer curso ou treinamento na área financeira (Sebrae, 2018), o que reforça a importância dos cursos estruturados como principal via de desenvolvimento de competências comportamentais, dado sua maior profundidade, em contraste com materiais informativos avulsos, que dificilmente promovem mudança de comportamento por si só.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a oferta de Educação Financeira voltada aos MEIs no Brasil é numericamente relevante, porém concentrada em poucos agentes, sobretudo o Sebrae, e voltada majoritariamente a conteúdos operacionais, com pouca atenção a aspectos comportamentais e à especificidade do público MEI. Esse resultado é relevante porque revela um descompasso entre o que é ofertado e as dificuldades reais desse público, especilmente ao relembrar que parte dos empreendedores não participaram de alguma iniciativa na área, o que os mantém mais expostos a decisões tomadas por tentativa e erro, especialmente quanto à separação entre

finanças pessoais e empresariais. Diante disso, o principal desafio não está na ampliação da quantidade de iniciativas disponíveis, mas no aprofundamento de seu conteúdo comportamental e na maior aderência às necessidades específicas desse segmento. Para o Sebrae, que já concentra a maior estrutura de capacitação voltada a esse público, isso significa incorporar de forma mais central conteúdos de comportamento financeiro e planejamento de longo prazo, hoje tratados apenas de forma superficial. Para bancos e cooperativas, cuja oferta ainda trata o MEI como subconjunto genérico de pequenas empresas, o encaminhamento é declarar esse público de forma explícita e adaptar os conteúdos à sua realidade de acúmulo de papéis entre pessoa física e jurídica.

Como limitação, destaca-se que, por se basear em pesquisa documental, o estudo permite identificar a existência e o escopo declarado das iniciativas, mas não seu alcance real ou sua efetividade na mudança de comportamento financeiro dos MEIs. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem, por meio de pesquisa de campo junto a esse público, a adesão a essas iniciativas, os motivos de eventual não participação e a percepção de utilidade dos conteúdos oferecidos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos ao PIBIC/CNPq-FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-UEM pelo apoio financeiro e pela oportunidade de realizar esta pesquisa, à minha orientadora, Lígia Greatti, por sua orientação, e à Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade para a realização deste projeto no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102109.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Recommendation of the Council on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE, 22 jun. 2005. Disponível em: https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0338. Acesso em: 7 nov. 2025.

PEREIRA, M. C. Empreendedorismo aliado à educação financeira de microempreendedores individuais na Paraíba. 2023. 46 p. Dissertação de graduação — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SEBRAE. Educação financeira do MEI. Relatório de pesquisa. Sebrae, maio 2018.

SEBRAE. Tudo que você precisa saber sobre MEI. Sebrae, 2021.